



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Hüning, Simone Maria; de Fátima Guareschi, Neuza Maria
Michel Foucault, Bruno Latour e algumas linhas de fuga na produção de conhecimentos
Ciências Sociais Unisinos, vol. 47, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 64-71
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93820778007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Michel Foucault, Bruno Latour e algumas linhas de fuga na produção de conhecimentos

Michel Foucault, Bruno Latour and some escape lines in knowledge production

Simone Maria Hüning¹
simonehuning@yahoo.com.br

Neuza Maria de Fátima Guareschi²
nmguares@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir algumas alterações que podem ser produzidas através do trabalho de Michel Foucault e Bruno Latour no campo psi, assinalando aspectos que entendemos tornar possível e fértil tal articulação. Assim, em um primeiro momento do texto, reunimos questionamentos sobre as bases epistemológicas nas quais a psicologia se funda para tornar-se científica, bem como algumas problematizações sobre a dicotomia entre ciências naturais e humanas e sociais. Em um segundo momento, voltamos nossa atenção para os trabalhos de Foucault e Latour para discutirmos os rituais de produção e regulação dos discursos científicos. Com o intuito de trazer contribuições destes autores para o campo psi, na terceira parte do texto, apontamos algumas estratégias de visibilização do campo político na produção de conhecimento, indicando a necessidade da explicitação da rede de interesses envolvida nas ciências. Por fim, redirecionamos nosso olhar para a psicologia e a produção de subjetividades, apontando para a estreita relação entre a produção científica e a produção de modos de vida e de governo.

Palavras-chave: ciências, discursos científicos, modos de vida e de governo.

Abstract

This article discusses some alterations that may be produced in the 'psy' field on the basis of Michel Foucault's and Bruno Latour's work by highlighting that in our view make this connection possible and fertile. Firstly, we gather questionings about the epistemological bases on which psychology has been founded in order to become scientific, as well as about the dichotomy between natural sciences and human sciences. Secondly, we turn our attention to Foucault's and Latour's works to discuss rituals of production and regulation of scientific discourses. In order to relate these authors' contributions to the 'psy' field, in the third part of this text we point out some strategies that make the political field visible in the production of knowledge and signal the necessary process of making explicit the network of interests that is involved in sciences. Finally, we redirect our look to psychology and the production of subjectivity, pointing out the close relationship between scientific production and the production of ways of living and governing.

Key words: sciences, scientific discourses, ways of living and governing.

¹ Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Doutora em Psicologia pela PUCRS, professora adjunta do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL Universidade Federal de Alagoas, ICHCA. Campus A.C. Simões. Av. Lourival Melo Mota s/n, Tabuleiro do Martins, 57072-970, Maceió, AL, Brasil.

² Docente pesquisadora do PPGPSI do Instituto de Psicologia da UFRGS, coordenadora do Grupo de Pesquisas Estudos Culturais e Modos de Subjetivação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Psicologia. Av. Ramiro Barcelos, 2600, Santana, 90035-003, Porto Alegre, RS, Brasil.

Nesta última década, as problematizações e até mesmo críticas sobre os modos de se produzir conhecimento em psicologia têm ganhado destaque crescente nos debates da área, principalmente a partir da chamada crise da modernidade. Estes desejáveis questionamentos ampliaram a rede de interlocutores com quem os pesquisadores psi têm dialogado. Neste processo, Bruno Latour e Michel Foucault trouxeram importantes contribuições para esta reflexão, acenando com algumas alternativas aos modos já consagrados de se conceber a pesquisa em psicologia. Entre estas contribuições, está a promoção de um tensionamento da ciência e da política, articulando a produção de conhecimentos com a produção de modos de vida. Frente a estas questões, o objetivo desse texto é discutir algumas alterações que podem ser produzidas por estes autores no campo psi, assinalando aspectos que entendemos tornar possível e fértil tal articulação.

Assim, em um primeiro momento do texto reunimos questionamentos sobre o estatuto epistemológico no qual a psicologia se funda para tornar-se científica, bem como algumas problematizações sobre a dicotomia entre ciências naturais e humanas e sociais através do trabalho de Georges Canguilhem, Michel Foucault e Bruno Latour. Em um segundo momento, voltando nossa atenção para o trabalho de Foucault e Latour, discutimos os rituais de produção e regulação dos discursos científicos. Seguindo a perspectiva de trazer contribuições destes autores para o campo psi, na terceira parte do texto, apontamos para algumas estratégias de visibilização do campo político na produção de conhecimento, indicando para a desejável explicitação da rede de interesses envolvida nas ciências. Por fim, redirecionando nosso olhar para a psicologia e a produção de subjetividades, concluímos apontando para a estreita relação entre a produção científica e a produção de modos de vida e de governo.

Entre quase-objetos e quase-sujeitos, uma “quase-ciência”

Uma das críticas mais recorrentes aos conhecimentos produzidos pela Psicologia funda-se na argumentação de que esta ocupa uma posição bastante delicada no território da Ciência, especialmente quando esta é definida em termos da epistemologia moderna. É em função deste estatuto epistemológico mal definido que Canguilhem (1973) se refere à Psicologia como um “empirismo composto” destinado à transmissão (estratégia de investimento em si mesma), que nem bem se define como técnica, nem bem como ciência (na medida em que nem seu objeto nem seus métodos podem ser claramente definidos³), e

cujos trabalhos denotam um misto de “filosofia sem rigor”, “ética sem exigências” e “medicina sem controle”.

Também Foucault (1999a) problematiza o modo como a Psicologia foi se constituindo como ciência, afirmando que o fato desta área do conhecimento ou das demais ciências humanas terem nascido do solo epistemológico moderno não é suficiente para defini-las como ciências.

Inútil, pois, dizer que as “ciências humanas” são falsas ciências; simplesmente não são ciências; a configuração que define sua positividade e as enraiza na epistêmê moderna colocadas, ao mesmo tempo, fora da situação de serem ciências; e se se perguntar então por que assumiram esse título, bastará lembrar que pertence à definição arqueológica de seu enraizamento o fato de que elas requerem e acolhem a transferência de modelos tomados de empréstimo a ciências (Foucault, 1999a, p. 507).

Essa posição “peculiar”, “não é a presença de um obstáculo, não é alguma deficiência interna” (Foucault, 1999a, p. 506), mas coloca as ciências humanas – “ao lado das ciências” – como constituintes de “outras configurações do saber”. Em *As palavras e as coisas*, Foucault (1999a) afirma que o que afasta as ciências humanas das ciências propriamente ditas, conferindo-lhes um diferente *status* epistemológico, diz respeito à simultânea exclusão-inclusão das ciências humanas do triado epistemológico que as fundamenta, quais sejam, as ciências dedutivas, ciências empíricas (ciências da vida – biologia; da produção – economia; e da linguagem – filologia) e reflexão filosófica; bem como à constituição da representação como sendo, ao mesmo tempo, o seu campo empírico e objeto. Desse modo, a constituição do objeto que define as ciências humanas – a reduplicação do homem na esfera da representação (ser que vive, produz e se comunica; que ao mesmo tempo se oferece aos saberes e busca conhecer) – é simultaneamente sua condição de possibilidade e causa de sua imprecisão. Isso é o que determina que esse homem forjado pelas ciências humanas possa ser *objeto de um domínio de saber*, mas *não objeto da ciência*.

Outras ressalvas em relação à produção de conhecimento em Psicologia estão postas na análise crítica que Latour faz sobre as ciências sociais (cujas denominação, em sua opinião, já é problemática), porém seus argumentos seguem por linhas distintas. A análise foucaultiana da posição epistemológica da Psicologia apresentada em *As palavras e as coisas* constrói-se com base na “natureza” do objeto – não sendo esta, porém, a principal crítica de Foucault à disciplina, na medida em que ele também vai interrogá-la do ponto de vista ético e político, no que diz respeito às suas práticas de governo. Por sua vez, Latour

³ Poder-se-ia, é claro, argumentar que algumas das abordagens da psicologia possuem estas questões bem delimitadas. No entanto, cabe lembrar que vimos trabalhando com a psicologia como uma unidade institucional, e que estas perspectivas a partir dessas delimitações não se tornaram independentes e são constituintes dessa grande disciplina que se define como “Psicologia”. Além disso, tais especificidades teóricas normalmente só fazem sentido nas disputas “internas” à ciência e produzem pouco ou nenhum efeito quando pensamos na disseminação dos discursos psi nas redes sociotécnicas.

(2000a) vai argumentar exatamente contra os binarismos e busca combater as grandes divisões que constituem o Ocidente, tal como a divisão entre Natureza X Cultura, e por decorrência o dualismo dos modos de investigação tributários das ciências duras e sociais, que sustentam uma divisão entre "objetos" humanos e não-humanos.

Para Latour (2000a, p. 114), o ponto nevrálgico está nesta divisão e na tentativa das ciências sociais imitarem as ciências naturais, a qual, ele afirma, tem sido uma "comédia de erros", evidente quando, por exemplo, cientistas sociais acreditam que a superioridade dos cientistas naturais esteja relacionada ao controle destes sobre seus objetos; ou quando se tenta reproduzir uma postura em que "cientistas desinteressados" voltam-se para "entidades objetivas" que poderiam ser controladas e explicadas em termos causais. Outra forma de reprodução seria insistir "que questões sociais requerem *outro* tipo de cientificidade" (p. 114).

Sua crítica formula-se, então, em termos de mostrar que nem os laboratórios são reinos de imparcialidade, controle e desinteresses, nem os cientistas naturais são parciais, tendenciosos, egoístas, interessados e assim por diante, embora isso tudo possa fazer parte das pesquisas. A questão central é que eles lidam com um tipo de objetividade diferente: a capacidade destes objetos de *objetar* sobre o que se diz deles. É disso que se trata a atividade científica em laboratórios, que é, paradoxalmente, o que os cientistas sociais tentam evitar quando assumem a postura de um cientista desinteressado buscando produzir conhecimentos sobre sujeitos considerados "menos propensos quanto possível a influenciar o resultado" (Latour, 2000a, p. 115) – o que aparentemente simularia as condições ideais para a produção de uma ciência tão dura quanto as naturais. No entanto, segue Latour (2000a), "embora tenha gosto e cheire como ciência dura", isso não passa de "uma imitação falsa e barata", pelo fato de que a objetividade é exatamente "o que permite a uma entidade objetar sobre o que se diz sobre ela" (p. 115); portanto, a influência do objeto, sua resistência, sua *recalcitrância*, é o que determina a possibilidade de objetividade. O problema com humanos estaria na sua baixa capacidade em objetar, na medida em que facilmente desempenham o papel de "objetos passivos", "tão logo um jaleco branco lhes pede para sacrificar sua recalcitrância em nome de objetivos científicos mais altos" (p. 116), e sugere:

Se cientistas sociais quiserem se tornar objetivos, eles terão que encontrar a situação rara, custosa, local, miraculosa onde eles possam fazer seus sujeitos de estudo, tanto quanto possível, capazes de objetar o que é dito sobre eles, ser tão desobedientes quanto possível ao protocolo e ser tão capazes de levantar suas próprias questões em seus próprios termos e não naqueles dos cientistas cujos interesses eles não têm que compartilhar! Então, humanos começarão a se comportar nas mãos dos cientistas sociais tão interessadamente como objetos naturais nas mãos dos cientistas naturais (Latour, 2000a, p. 116).

Porém, adverte Latour, isso não significa o investimento em mais trabalho interpretativo ou qualitativo, mas a busca das situações raras onde a "humanidade" não se defina pela intencionalidade, consciência ou reflexividade.

Canguilhem, Foucault e Latour formulam diferentes questões à Psicologia, porém todas concernentes à impossibilidade de inscrever este modo de saber nas matrizes de um modelo tomado de empréstimo das ciências naturais, seja em função das indefinições relativas ao seu projeto, objeto ou método, ou ainda interrogando sobre a dimensão ética e política destes saberes. Nestes termos, pode-se dizer que a insistência em agregar esse referencial de cientificidade moderno à Psicologia não passa de um engodo, ao mesmo tempo produtivo e grotesco.

Extremamente produtivo se pensarmos em tudo que mobiliza e faz funcionar em torno da sustentação deste modelo, da centralidade que o mesmo adquiriu nos programas de formação de profissionais e pesquisadores em Psicologia, nas políticas de financiamento de pesquisa e no valor que se pode agregar aos discursos na contemporaneidade quando estes são adjetivados como científicos.

Grotesco⁴, porque se sustenta em uma impossibilidade (decorrente da relação que se estabelece entre seu objeto, método e projeto) que, no entanto, não faz ponderar seu poder (especialmente no que concerne ao seu poder de normalização e moralização) e não evita que a Psicologia seja frequentemente ridicularizada e desqualificada pelo confronto com o modo absurdo como, muitas vezes, constrói e sustenta suas formulações, embora isso não a desmereça em termos de sua eficácia política. Isso é possível porque o que se põe em análise são os *efeitos* de verdade e as formas de poder que exercem esses discursos, cujo valor de verdade – para além das instâncias de produção científica e validação epistemológica – não é dado *a priori* pela condição de *ser científico*, mas pela sua habilidade em tornar-se "um modo de vida". A "incorporação" da Psicologia à vida cotidiana não depende de suas credenciais epistemológicas. Quem, além dos próprios pesquisadores, pergunta sobre como uma pesquisa foi feita, como se obtiveram os resultados, como uma teoria ou conceito foi construído, e assim por diante?

Logo, essa posição intersticial da Psicologia no organograma da ciência pode ser tomada como condição privilegiada, como fenda por onde possam brotar outras formas de saber resistentes aos universalismos da Ciência, que tantas vezes se ergue para fazer acusações e alertas em relação à "periculosidade" de saberes não científicos e, com frequência, se isenta de uma reflexão sobre seus efeitos e responsabilidades. Entrincheirada pela própria condição de "ser científico", ela muitas vezes se autoatribui uma posição de "intocável" na medida em que sugere que o científico justifica a si mesmo e que as únicas autoridades para questioná-la seriam os próprios especialistas psi. Essa é uma

⁴ Tomamos o termo grotesco emprestado de Foucault (2001, p. 15), quando define por "'grotesco' o fato, para um discurso ou para um indivíduo, de deter por estatuto efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los".

das questões assinaladas por Latour (2000b, 2002) ao problematizar o tratamento assimétrico dado ao que é dito pelos cientistas (ideias racionais) e por não cientistas (ideias irracionais).

Mas, então, só nos resta acabar com a Psicologia e fechar a porta das universidades e programas acadêmicos de pesquisa? Não. Pelo menos não necessariamente.

A questão que se coloca não é uma disputa sobre qual modelo permitirá a produção de uma verdade mais verdadeira, mas conquistar espaços onde se possa fazer falar aquilo que escapa (ou é calado) pela epistemologia clássica; não a hierarquização dos saberes dentro de um sistema epistemológico científico, mas o reconhecimento da existência de saberes constituídos por diferentes relações de poder. Não significa tampouco o abandono de toda forma de rigor teórico, mas de uma ênfase necessária na dimensão ética e política daquilo que se produz – e do que se quer com o que se produz.

O que se delimita aqui não é apenas a importância de pensar em termos de *conhecimentos de outra ordem*, como refere Foucault; mas que se assumir como tal, questionando o que se define como científico, seja, talvez, a condição mais digna para os saberes psi. Isso não implica qualquer forma de “desqualificação” da Psicologia, mas de “re-qualificação”, pela redefinição e reposicionamento da mesma no domínio dos saberes. Neste sentido, Foucault e Latour juntos fornecem elementos, para pensar a possibilidade – certamente não a única – da pesquisa em Psicologia nas instituições acadêmicas, sem necessidades de apelos à Ciência. A partir desse referencial se enfatiza a análise dos interesses⁵ e implicações políticas da produção do conhecimento em Psicologia, desde o comprometimento das instituições e pesquisadores com a busca do financiamento das pesquisas até sua divulgação e circulação em espaços acadêmicos e não acadêmicos, bem como o efeito desses discursos na regulação da vida e das coletividades.

A verdade mais verdadeira? Rituais, regulação, política e produção da Ciência

A ciência, diz Foucault (1999b), é o resultado do disciplinamento dos saberes através da organização das disciplinas em torno de critérios para distinguir o verdadeiro do falso, seleção e normalização de conteúdos, classificação hierárquica e centralização desses saberes num campo maior (a ciência) – que ele sintetiza pelas operações de seleção, normalização, hierarquização e centralização –, que “vai formular problemas específicos ao policiamento disciplinar dos saberes: problemas de classificação, problemas de hierarquização, problemas de vizinhança, etc.” (Foucault, 1999b, p. 218). Daí se pode compreender, prossegue

ele, a Universidade como o “grande aparelho uniforme dos saberes” (p. 219), que seleciona saberes, os quantifica, qualifica, categoriza, homogeneiza e os centraliza através de suas comunidades científicas. Pode-se compreender também, continua Foucault, como esse disciplinamento dos saberes provocou uma nova forma de dogmatismo:

[...] um controle que não incide, pois, sobre o conteúdo dos enunciados, sobre sua conformidade ou não com a verdade, mas sobre a regularidade das enunciações. O problema será saber quem falou e se era qualificado para falar, em que nível se situa esse enunciado, em que conjunto se pode colocá-lo, em que e em que medida ele é conforme a outras formas e a outras tipologias de saber (Foucault, 1999b, p. 220).

Essa “disciplina da enunciação” produziu o duplo efeito de permitir maior circulação de enunciados, tornando-os mais provisórios, ativando as controvérsias e a produção de novos enunciados – “desbloqueio epistemológico”; ao mesmo tempo em que o controle dos procedimentos de enunciação tornou-se extremamente mais rigoroso, estabelecendo novas relações entre saber e poder, onde “apareceu uma regra nova que já não é a regra da verdade, mas a regra da ciência” (Foucault, 1999b). Pela regra da ciência, (quase) tudo poderá ser dito, uma vez que corresponda aos procedimentos de enunciação, que são usualmente esvaziados de seus conteúdos ético-políticos. Por sua vez, a provisoriedade dos enunciados garante o contínuo aquecimento da “disciplina da enunciação”: sempre se terá algo a dizer e o sistema circulatório da ciência continuará a funcionar. Por isso, é necessário afinar os procedimentos de enunciação, qualificar os diferentes agentes em relação a estes procedimentos. Em outras palavras, fazer com que alguns conheçam as regras, fabricando aqueles que podem fazer/falar a ciência. “As universidades, as sociedades científicas, o ensino canônico, as escolas, os laboratórios, o jogo das especializações, o jogo das qualificações profissionais, tudo isso é uma maneira de organizar, a propósito de uma verdade, posta pela ciência como universal, a raridade dos que podem ter acesso a ela” (Foucault, 2006b, p. 317).

A partir da problematização desses jogos e rituais que a arqueologia busca mostrar como o ocidente passou a privilegiar a forma “verdade-descoberta” – “que é por ora um poder dominante e tirânico” (p. 306) – em detrimento da “verdade-acontecimento”, “verdade-estratégia”, “verdade-raio”, que em oposição à primeira (focada na relação de conhecimento) é uma relação de poder. A demonstração científica deriva das transformações nos procedimentos de produção de verdade sobre o saber empírico no ocidente (a generalização da técnica jurídico-política do inquérito, sua aplicação ao inquérito da natureza, a rarefação dos que podem descobrir a verdade, a produção de fenômenos através da experimentação controlada em laboratórios). Ela evidencia toda uma rede de poder político e econômico que a ela se

⁵ “Como indica a expressão latina ‘*inter-esse*’, ‘interesse’ é aquilo que *está entre* os atores e seus objetivos, criando assim uma tensão que fará os atores selecionarem apenas aquilo que, em sua opinião, os ajude a alcançar esses objetivos entre muitas possibilidades existentes” (Latour, 2000b, p. 179).

vincula na passagem da Idade Média para a sociedade industrial: "emergência de um poder político que tem a forma do Estado; extensão das relações mercantis em escala global; colocação das grandes técnicas de produção" (Foucault, 2006a, p. 314).

Essa ligação entre os procedimentos de produção de verdade e a política é também o foco do trabalho de Latour. Este autor atenta para a processualidade da ciência, desafiando uma visão que postula a ciência como aquilo que é (como expressão de fatos objetivos não mediados), a partir da compreensão daquilo que se *torna*. O trabalho científico visto sob essa perspectiva deve ser analisado com referências às instituições – na materialidade de organizações (substantivo) – que promovem formas de organização (verbo), ordenações e classificações do mundo. Estas duas formas de organização não podem ser dissociadas, porque a atividade de organizar necessita de organizações (substantivo) que a sustente, e não há como se compreender as organizações (substantivo) sem referência aos seus atos de organização (verbo) (Harris, 2005).

Na formulação de sua crítica, Latour (2001) contrapõe a noção de Ciência definida como possuidora de "certeza, frieza, distanciamento, objetividade, isenção e necessidade" (p. 33) à noção de Pesquisa: "ela é incerta, aberta, às voltas com problemas insignificantes como dinheiro, instrumentos e *know-how*, incapaz de distinguir até agora o quente do frio, o subjetivo do objetivo, o humano do não-humano" (p. 33-34). Além da disputa entre a Ciência e a Pesquisa, o autor afirma que outra oposição se manifesta nas ciências humanas pelos chamados modelos "pós-moderno" e "não-moderno"⁶. "Tudo aquilo que o primeiro invoca como justificação para uma ausência, mais desmascaramento, mais negação e mais desconstrução, o segundo acolhe como prova de presença, desenvolvimento, afirmação e construção" (p. 35). Essa diferenciação e oposição fundamentam-se para Latour no fato de que "a modernidade jamais constituiu a ordem do dia" (p. 35).

A transição da Ciência para a Pesquisa acenaria com a possibilidade de "*libertar as ciências da política* – a política da razão... libertar os não-humanos da política da objetividade e os humanos, da política de subjetificação" (p. 36). Fazer Pesquisa, em vez de participar das "guerras das ciências", permite evidenciarmos os acontecimentos "invisíveis" obscurecidos pela "etiqueta"⁷ científica recusando a separação entre contexto e conteúdo, tão frequente nas produções da Ciência.

Mostrar os rituais que produzem acontecimentos, deslocando a questão da descoberta para a produção e evidenciando

as relações de poder aí implicadas, é o que pretendem Foucault e Latour ao situar historicamente a produção de conhecimentos na sociedade ocidental. Trata-se de estratégias diferentes – por um lado, o estudo da *ciência em ação*; por outro, o estudo da *arqueogenealogia dos saberes* – que podem ser combinadas e que convergem para um objetivo comum de problematização do universalismo e imperialismo dos discursos que tentam despolitizar as ciências (seja por apelos à hierarquia epistemológica da Ciência, ou pelo recurso à epistemologia [política] de que fala Latour).

A produção de conhecimentos fora da ordem científica oficial

Agregando ingredientes diferentes numa mistura não homogeneizada, mas tampouco incompatível, buscamos ferramentas no pensamento destes autores que, ao mesmo tempo em que minam o campo do conhecimento instituído, abrem brechas para pensar a importância da produção de saberes de outra ordem, ao fazer ou deixar falar aquilo que normalmente é silenciado no território da Ciência. Contudo, não há prescrição metodológica de como isso possa ser feito e não há pretensão de estabelecimento do que deva ser feito. O que se pode encontrar nestes autores são pistas relativas a um caminho possível de problematização e questionamento daquilo que está sendo feito e da organização de certos modos de fazer. Foucault (2006b) busca mostrar, com sua arqueologia do saber,

[...] que a demonstração científica no fundo nada mais é que um ritual, mostrar que o sujeito supostamente universal do conhecimento na realidade nada mais é que um indivíduo historicamente qualificado de acordo com certo número de modalidades, mostrar que a descoberta da verdade é na realidade certa modalidade de produção da verdade, trazer assim o que se dá como verdade de constatação ou como verdade de demonstração para o embasamento das qualificações do indivíduo cognoscente, para o sistema da verdade-acontecimento [...] (Foucault, 2006b, p. 306).

Latour (2004), ao propor uma epistemologia política⁸, propõe que se faça a "análise explícita dos poderes entre ciências e políticas" (p. 376), fazendo visíveis seus entrelaçamentos:

Quanto às disciplinas científicas, uma vez tornadas visíveis, presentes, ativas, agitadas, cessando de ser ameaçadoras, vão poder desprender este formidável potencial de pluriverso, que

⁶ "‘Modernismo’ é um acordo responsável pela criação de uma política em que boa parte da atividade política justifica-se por referência à natureza. Assim, é modernista toda concepção de um futuro em que a ciência ou a razão desempenharão papel importante na ordem política. O ‘pós-modernismo’ é a continuação do modernismo, exceto pelo fato de a confiança na amplitude da razão ter arrefecido. O ‘não-moderno’, em contrapartida, recusa-se a atalhar o devido processo político, recorrendo à noção de natureza, e substitui a linha divisória entre natureza e sociedade pela noção de coletivo [associação de humanos e não humanos]" (Latour, 2001, p. 352).

⁷ Entendida como as "boas maneiras" e como "rótulo" de certificação.

⁸ A epistemologia política opõe-se aos termos epistemologia enquanto o estudo das ciências; e epistemologia (política), ou epistemologia policial, que seria a utilização do conhecimento científico para fins políticos, "fazer política ao abrigo de toda política" (Latour, 2004, p. 376).

elas não tiveram jamais, até aqui, ocasião de desenvolver [...] libertadas de sua função de epistemologia (política), multiplicar os recintos, as arenas, as instituições, os fóruns, as experiências, as provas, os laboratórios pelos quais se associam os humanos e os não-humanos, todos novamente libertados. A Ciência está morta, viva a pesquisa e vivam as ciências (Latour, 2004, p. 95).

Diante dos paradoxos vivenciados por aqueles que se aventuram pelo mundo acadêmico desejosos por produzir pesquisas e receosos das reduções a que tendem muitas vezes os rituais científicos, Foucault e Latour nos indicam algumas linhas de fuga a partir da "recusa ao entendimento dos saberes a partir de um modelo epistemológico" (Ferreira, 2006-2007, p. 2). Tais linhas de fuga não pretendem descartar, desqualificar ou invalidar os procedimentos ditos científicos. Elas tomam tais procedimentos para colocá-los em análise não no seu aspecto epistemológico, mas primordialmente em suas articulações éticas e políticas. Trata-se exatamente de dar visibilidade aos modos como são construídos os enunciados científicos, as relações, alianças e interesses imbricados na produção e materialização dos fatos científicos e seus *experts*, evidenciando uma instância política, usualmente oculta e não oficializada da Ciência.

A estratégia proposta por Latour (1994, 2001) para esta análise das relações que entremeiam a produção de conhecimentos é transformar a Ciência, ou melhor, as ciências, em "objeto de pesquisa". Fazer das ciências objeto de pesquisa é voltar o olhar para o processo de produção investido nas práticas e textos científicos que é mascarado pelos discursos epistemológicos que revestem o conhecimento, formatando-o a um tipo de retórica específica que tenta torná-lo impessoal e frio. É por isso que Latour insiste que é necessário examinar a *caixa-preta* das ciências antes que ela seja fechada. Não deixar que a experiência e o processo sejam encobertos pela retórica das "conclusões" que se apresentam como produto final objetivadas como fato, artefato, tese ou artigo científico. De acordo com Latour (2000b), é exatamente quando se chega a um fato ou artefato científico que reúne elementos em um "todo organizado" (p. 216), em uma "peça única" e coesa, "quando muitos elementos são levados a atuar como um só" (p. 217), que se tem uma caixa-preta na ciência. O obscurecimento da caixa-preta é proporcional ao "sucesso" da ciência, mas seus conteúdos poderão ser facilmente acessados, se chegarmos antes que se transformem em algo acabado e seu exame fará com que desapareça a distinção entre "contexto e conteúdo" (p. 17).

Examinar a caixa-preta significa atentar para as contradições que ocorrem no desenvolvimento da pesquisa, os acontecimentos muitas vezes sem prestígio acadêmico e as relações que estão incorporadas ao trabalho científico, embora frequentemente velados por uma armadura de objetividade. É por isso, diz Latour (2000b), que os "textos científicos parecem aborrecidos e sem vida, de um ponto de vista superficial. Se o leitor recompuser os desafios que estes textos enfrentam, eles passarão a ser tão emocionantes quanto um romance" (p. 90).

Mas a questão em pauta aqui não diz respeito ao mero acréscimo de emoção, mas à explicitação dos modos como a Psicologia vem produzindo o conhecimento que diz ser científico e os efeitos deste nos modos de viver o cotidiano. É preciso dar visibilidade às condições que acompanharam a produção dos fatos científicos, à regulação da enunciação e aos jogos de poder que constituem o que é a ciência. O exame da caixa-preta, proposto por Latour, potencializa no trabalho da pesquisa, a análise das relações de saber e poder – centrais no trabalho foucaultiano.

O olhar para o processo não se centra exclusivamente na apresentação de resultados inequívocos ou conclusivos, de hipóteses confirmadas ou refutadas, ou de uma grande "descoberta" científica (requisitos centrais de abordagens científicas); mas na visibilização e reflexão sobre a própria maquinaria de produção da ciência, no circuito mobilizado nessa produção, da movimentação e articulações que, tendo acompanhado a produção do fato, artefato ou tese científica, são usual e deliberadamente omitidos nas formas finais de comunicação da Ciência. Destaca-se que essa omissão é uma importante estratégia para construir a ilusão de uma Ciência neutra e objetiva, livre de interesses (políticos, econômicos, éticos, morais...), que sugere que os fatos abordados tenham seguido uma lógica "natural", "linear" e "asséptica".

A abertura do que Latour chama de caixa-preta permite que se transite pela produção disso que se apresenta como o resultado de um processo de "investigação científica", que convertida em pesquisa nos dá visibilidade dos procedimentos, rituais e técnicas de produção de verdade aos quais o fato ou artefato foi submetido. E aqui, mais uma vez, vê-se potencializar o encontro de Foucault e Latour quando se colocam em análise o científico e suas relações políticas.

A Psicologia e a produção científica de modos de vida

As práticas de investigação delineadas pela Ciência e ainda predominantes na Psicologia privilegiam abordagens que supõem a possibilidade de se atingir a verdade, que, como analisa Foucault (2006a, 2006b), embora se considere estar em toda parte e em todo o tempo, "cabe a nós encontrar a boa perspectiva, o ângulo conveniente, os instrumentos necessários" (2006a, p. 309). Ela depende, pois, de momentos e de procedimentos pelos quais ela não apenas se desvela, mas *se produz*, pela qualificação de quem a enuncia, pelo domínio "dos instrumentos necessários para descobri-la, as categorias necessárias para pensá-la e a linguagem adequada para formulá-la em proposições" (2006b, p. 302), ou seja, depende de toda uma "tecnologia da construção", "tecnologia da demonstração" da verdade correspondente à prática científica como descoberta, que encobriu os acontecimentos e colonizou "os gestos, o corpo, o pensamento dos indivíduos", os "territórios" e "superfícies" (p. 315-316) e constitui-se como uma norma universal, na sociedade ocidental. O que esta tecnologia demonstrativa produtora de uma "verda-

de-céu" (2006b, p. 304) recobre, segundo Foucault, é uma forma de verdade anterior em nossa história, uma verdade dispersa, não universal, local, "que não é da ordem do que é, mas que é da ordem do que acontece [...] uma verdade que não é constatada mas que é suscitada, perseguida [...] que não se dá pela mediação de instrumentos, mas que se provoca por rituais" (2006b, p. 304), onde o que importa não é o método, mas a estratégia.

O que vimos tentando assinalar, a partir dos trabalhos de Foucault e Latour que enfatizam o processo de produção e as redes onde a ciência é fabricada, é que tanto esses rituais de produção, como os fatos ou artefatos produzidos pelas ciências, ultrapassam o mundo acadêmico. Isso acontece não por um descuido ou por uma intencionalidade específica, mas porque, como analisa Latour (2001), a socialização da produção científica é um dos circuitos de atividades por onde os fatos científicos circulam⁹ e, mais do que isso, tal circulação é uma das condições que mantém vivas as ciências. A produção científica é também a produção de modos de vida e é, simultaneamente, a regulação e governo das populações. Em outras palavras, ao atentar para essas tecnologias e estratégias de construção de verdades que evidenciam a dimensão política da produção científica, Foucault e Latour estão enfatizando que nem a constituição, nem os efeitos desses discursos se restringem a uma dimensão epistemológica. Eles apontam para uma análise do caráter híbrido da subjetividade e dos movimentos que ocorrem na rede sociotécnica, envolvendo aí as relações entre saberes, poderes e governamentalidade.

[...] o que Latour aponta é que a nossa subjetividade nada teria de universal; ela seria uma construção histórica, produto de uma série de articulações locais. Seria nestas articulações sócio-técnicas que nossos eus seriam forjados artificialmente. Nada mais próximo da genealogia foucaultiana (Ferreira, 2006-2007, p. 24).

Neste sentido, as produções científicas são parte da rede onde forjamos nossa subjetividade definindo nossos eus, preservando modos de vida e formas de governo.

Ao problematizar os modelos e conceitos que são considerados o motor do chamado progresso científico, tanto a proposta genealógica inspirada em Foucault, como a perspectiva dos estudos científicos de Latour, colocam em dúvida a

naturalidade de noções centrais para a Ciência Moderna (expressos em dicotomias tais como razão X emoção, Natureza X Cultura, humano X não humano), mostrando que "estas foram empregadas para legitimar e efetuar em termos práticos as distinções e justificar regimes de diversos tipos" (Sánchez-Criado, 2005, p. 4).

Em ambos os casos, da genealogia e dos estudos das ciências, trata-se de colocar em pauta a análise da rede de elementos implicada na sua produção. Recusa-se uma postura contemplativa ou essencialista, na medida em que a atividade científica produz "novas entidades que, por sua vez, dão forma a nós mesmos [...] portanto, trata com e dá espaço a versões de mundo" (p. 5). A análise proposta por Latour conecta-se com a "genealogia das subjetividades", em termos foucaultinos, ou seja, "a história das formas práticas e mutáveis de conectar e regular ou ordenar as noções sobre o eu, o mundo e os outros" (p. 6).

Articular a produção destes autores em nossas práticas de pesquisa significa manter vivas as problematizações sobre o conhecimento que produzimos na e para a Psicologia, as versões de mundo que forjamos e os modos de vida que estes engendram, tensionando sempre este campo de produção que é, ao mesmo tempo, epistemológico, ético e político.

Referências

- CANGUILHEM, G. 1973. O que é psicologia? *Tempo Brasileiro*, 30/31:104-123.
- FERREIRA, A.A.L. 2006/2007. Para além dos fundamentalismos epistemológicos: o encontro de Michel Foucault e Bruno Latour na construção diferencial de um mundo comum. *Revista Aulas*, 3. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/03.pdf>. Acesso em: 16/05/2011.
- FOUCAULT, M. 1999a. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 541 p.
- FOUCAULT, M. 1999b. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 382 p.
- FOUCAULT, M. 2001. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo, Martins Fontes, 480 p.
- FOUCAULT, M. 2006a. A casa dos loucos. In: M. FOUCAULT, *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise – ditos e escritos I*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 309-315.
- FOUCAULT, M. 2006b. *O poder psiquiátrico: curso no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo, Martins Fontes.
- HARRIS, J. 2005. The ordering of things: organization in Bruno Latour. *The Editorial Board of the Sociological Review*, 53(1):163-177.

⁹ Ver o modelo circulatório da ciência proposto por Latour (2001). Essa proposição aponta para cinco circuitos de atividades por onde os fatos científicos circulam simultaneamente e sua compreensão possibilitaria a superação do distanciamento entre ciência e sociedade. Ao primeiro desses circuitos, o autor chama de "mobilização do mundo", com o que designa os *instrumentos, ferramentas, levantamentos, questionários e equipamentos* utilizados pelos cientistas para tornar o mundo dizível, os modos de mediação pelos quais "os cientistas fazem os objetos girar em torno deles" (p. 119). Trata-se dos modos como se mobiliza o mundo para traduzi-lo em argumentos. O segundo circuito, Latour (2001) chama de "autonomização porque diz respeito ao modo pelo qual uma disciplina, uma profissão, uma facção ou uma 'congregação invisível' se torna independente e engendra seus próprios critérios de avaliação ou relevância" (p. 120). Neste circuito, estabelecem-se as competências, as disputas por credibilidade, a composição de grupos de pares. Ao terceiro circuito, o autor dá o nome de "alianças", e este se relaciona à inserção das disciplinas científicas em um contexto que lhes garanta existência e continuidade. Trata-se das relações com outras disciplinas e com o mundo social, permitindo o fluxo e a pulsação da produção científica. A "representação pública" constitui o quarto circuito proposto pelo autor e concerne à socialização maciça da produção científica. Por fim, o último circuito proposto é chamado de "vínculos e nós", o núcleo conceitual da disciplina científica, o nó que amarra os outros circuitos.

LATOUR, B. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34, 149 p.

LATOUR, B. 2000a, When things strike back: a possible contribution of 'science studies' to the social sciences. *British Journal of Sociology*, 51(1):107-123. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-4446.2000.00107.x>

LATOUR, B. 2000b. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, UNESP, 438 p.

LATOUR, B. 2001. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, EDUSC.

LATOUR, B. 2002. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)ti-ches*. Bauru, EDUSC, 106 p.

LATOUR, B. 2004. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, EDUSC, 411 p.

SÁNCHEZ-CRIADO, T. 2005. El cultivo de las emociones en diferentes tradiciones: Antropología de la ciencia, William James y Etnopsicología en la obra de Vinciane Despret. *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana*, 42:1-16. Disponível em: <http://www.aibr.org/antropologia/42jul/libros/jul0502.pdf>. Acesso em: 16/05/2011.

Submetido: 04/03/2011

Aceito: 11/04/2011